



Um Breve Panorama dos Conceitos e dos Critérios para a Crítica de Mídia¹

Amanda LEAL²
Gerson Luiz MARTINS³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo

O presente artigo tem como proposta desmistificar a ideia negativa a respeito da crítica pelo estudo bibliográfico, e direcionar para a aplicação no trabalho dos veículos de comunicação, em suas posturas éticas por meio da crítica de mídia. No entanto, para que a crítica dos produtos midiáticos seja feita também de maneira ética, é preciso ter parâmetros para desenvolvê-la e entender como ela surge e se infiltra na sociedade.

Palavras-Chave: crítica de mídia; critérios; sistema.

Introdução

Quando se remete a elaboração de uma crítica, a relação que se estabelece é, na maioria das vezes, negativa. Como se fosse apenas falar mal de um determinado assunto, com a conotação até mesmo pejorativa. Entretanto, a crítica é intrínseca ao pensamento humano, sendo a sua história a história da filosofia. De acordo com Ciro Marcondes Filho (2002), a existência da crítica, à defende dizendo que ela só cessa quando a atividade do livre pensar cede espaço ao pensamento único, à ‘crítica única’, à redução do real, à unidimensionalidade do bem, do justo, do correto excluindo a dualidade” (MARCONDES FILHO, 2002, p.19), ou seja, uma a uma só visão da realidade.

A explicação de Marcondes Filho (2002) para justificar a recusa em fazer crítica e marginalizá-la, é que, há uma violência implícita na crítica da crítica figurada para ele na fala, que diz ser um combate, ao escrever, pelos enunciados, e até mesmo no olhar.

A associação entre crítica e filosofia surge na era moderna, com a filosofia das luzes, época em que a sociedade aspirava o falso moralismo no campo da religião. O filósofo Kant almejou o conhecimento absoluto e a busca da própria razão da crítica.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 7 a 9 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFMS, bolsista PIBIC/CNPq 2011/2012, Email: amandaleal7@gmail.com.

³ Orientador. Professor Doutor do Curso de Jornalismo da UFMS. Email: gerson.martins@ufms.br



Há aqui embutidas duas grandes formas de crítica de todo o debate filosófico dos últimos séculos: uma apoiada numa dicotomia verdade/falsidade; outra, nos limites do pensamento. Uma historicamente demarcada, outra, transcendente, associada ao próprio horizonte humano da razão. (MARCONDES FILHO, 2002, p.16)

A variável da dualidade (verdade/falsidade) foi deixada de lado devido à visão teológica, com base nos interesses religiosos e financeiros, fazia prevalecer apenas um lado, o dito bom, mesmo ainda havendo o outro, o do contra, “isso porque, independente do poder e da violência, a crítica é um sintoma de sobrevivência, um sinal de que ainda ‘há algo vivo no sistema’ ” (MARCONDES FILHO, 2002, p.17).

A expressão crítica possui abrangência muito grande. Além do trabalho analítico desenvolvido por teóricos e intelectuais, torna-se mais presente e solidificada nos meios de comunicação na sociedade. José Luiz Braga (2006) argumenta que “desde as primeiras interações midiáticas, a sociedade *age e produz* não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social” (BRAGA, 2006, p.22).

A mídia produz estímulos e conhecimento na sociedade. E saber o que a mídia veicula e o que é circulado nesta sociedade é uma resposta do que esta última faz com sua mídia, é o que sustenta Braga (2006).

O trabalho crítico das práticas midiáticas – além dos objetos de análise, de busca de conhecimento, de desvendamento das lógicas de um produto (ou de um gênero, ou de um processo) - tende a exercer a função geral de desenvolvimento de competências e interação na sociedade. (BRAGA, 2006, p.47)

ALGUNS PARÂMETROS PARA FAZER A CRÍTICA DE MÍDIA

Hoje, fazer crítica se concentra nas posturas éticas dos veículos de comunicação, de maneira a apontar defeitos e erros destes, com a finalidade de melhorar a qualidade de seus produtos. O objetivo é estimular seus processos midiáticos de modo socialmente responsável e relevante.

Por isso que, há quase duas décadas, surgiram os observatórios de imprensa como iniciativa dos profissionais. Luiz Gonzaga Motta (2008) assemelha os observatórios aos movimentos de resistência, mas a resistência, aqui feita, é para



contrapor a indústria cultural e informativa (MOTTA, 2008, p.21). Entretanto, no que se refere aos veículos de comunicação, o que difere no fazer crítica?

Em nada diferente do que sempre consistiram as críticas à dominação, às manobras de manipulação, aos processos de autoimposição de verdades. Só que agora essa crítica só tem espaço se consegue refutar a velha crítica, a crítica apoiada dos valores unidimensionais da razão teológica, idealista e racionalista, ou seja, a crítica com aspiração no monopólio da razão. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 17 - 18)

Para excluir a crítica do simples estágio de resistência civil e entrar em um novo patamar, surge como alternativa criar parâmetros para desenvolvê-la. Para que um processo crítico seja considerado como uma crítica, Braga (2006) alega que deva atender os requisitos de tencionar processos e produtos midiáticos, a gerar dinâmicas de mudanças, exercer um trabalho analítico-interpretativo, produzindo esclarecimento e percepção ampliada (MOTTA, 2008, p.46).

A forma que Marcondes Filho cogita para construção da crítica hoje está embasada na estrutura própria do pensamento que se refere ao paradigma do paradoxo. Ou seja, um espaço de confronto entre as idéias contrárias, e não do contraditório.

O paradoxo, inversamente, trabalha o real como espaço múltiplo, formado por elementos que se negam reciprocamente e que convivem num mesmo território, num mesmo contexto, numa mesma realidade. Daí ser possível resgatar a crítica ao mesmo tempo em que excluir a crítica. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 19)

Marcondes (2002), em sua obra “*Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas*”, indaga-se a respeito do ‘quem pode fazer?’ a crítica. Mas, não chega a definir como deve ser de fato a prática da crítica nos meios de comunicação, pois considera complexa a questão. Todavia, descentraliza da figura de um especialista da comunicação, que possui seus interesses, para um exército de seguidores, como ele diz.

Criticar só tem sentido se associado à multiplicidade, à variedade, a um conjunto informal, difuso de pessoas, que satisfizessem um quesito básico, o de ter estudado, pesquisado, ser informado razoavelmente sobre o objeto em questão. Crítica como forma coletiva, aberta, múltipla, admitindo as oposições, as diferenças, as contradições, mas necessariamente especializadas. (MARCONDES FILHO, 2002, pg. 23)



O mais relevante no trabalho da crítica segundo José Luiz Braga (2006) é a possibilidade de contribuir com critérios diversificados para que os usuários da mídia exerçam e desenvolvam sua própria competência de seleção e interpretação do midiático (BRAGA, 2006, p.48), ou seja, oferecer condições para que o indivíduo formule a sua própria interpretação.

Para expor a atual realidade da crítica, em particular as produzidas pelos observatórios de imprensa, Motta (2008) coloca que a “crítica atual é diferente e inova: quase sempre aponta alternativas e procura influir na profissão ou nas práticas públicas” (BRAGA, 2006, p.22), pois argumenta que o meio “tende predominantemente para a crítica dos critérios técnico-profissionais” (BRAGA, 2006, p.22).

No que concerne aos critérios e valores que devem ser utilizados para a produção da crítica midiática, Marcondes Filho (2002) apenas lembra que são necessários e que já existem alguns parâmetros, mas que não estão organizados. Uma proposta apresentada por Motta (2008), para ser utilizada como parâmetro nos observatórios, está baseada no desenvolvimento humano, pois em sua avaliação:

Reverte o excessivo foco na economia, introduz outras variáveis e coloca o ser humano no centro do processo de desenvolvimento. (...) Ainda que os conceitos e os índices variem, o importante (como afirma o economista Amartya Sen, criador do conceito) é o todo, o desenvolvimento humano, mais que suas partes, seus índices, que nunca serão completos. (MOTTA, 2008, p. 31)

Mesmo com as variações dos índices, Motta (2008) acredita que esta fundamentação sirva para superar a fase de resistência e propor uma crítica em torno de um fim universal, como explica a seguir:

Tomar o desenvolvimento humano como parâmetro geral para a crítica de mídia não significa incluir o conceito em cada matéria publicada nos jornais e telejornais diários, um depósito. Significa que o desenvolvimento e os direitos humanos permanecem como referência ética e moral a partir da qual podemos nos posicionar diante de uma cobertura jornalística. Significa que temos uma referência universal a partir da qual podemos analisar e criticar o enquadramento ou a visão de mundo das coberturas profissionais. (MOTTA, 2008, pg.32)



Os principais critérios para a crítica elaborados por Motta (2008) são subdivididos em três níveis: abordagem do tema; elaboração do produto; fontes e atores. Esta estrutura pode ser adaptada conforme os objetivos do crítico.

Quanto aos critérios relativos a abordagem ao tema, a orientação de Motta (2008) é que em uma determinada cobertura jornalística seja:

a) verificada a presença de preconceitos, estereótipos ou prejulgamentos dos atores sociais citados; b) se há presença ou ausência de explicação das causas e efeitos sociais do evento narrado, e se no texto relaciona essas causas e consequências de forma compreensível, com clareza e didatismo; c) se há no texto ou nas imagens da cobertura referência, menção às políticas públicas relacionadas aos eventos relatados, e se essa menção é pertinente, adequada, explicativa, completa ou parcial; d) se nessa cobertura, se há referência ou menção de legislação pertinentes e menção adequada e explicativa. (MOTTA, 2008, p.35-36)

No critério de abordagem do produto, é necessário que:

a) se é excessivamente factual, restringe-se ao pontual, que relate apenas os fatos brutos, desvinculados do contexto social ou histórico; b) se há presença ou ausência de infográficos, tabelas, cronogramas, estatísticas, quadros e outros recursos gráficos que auxiliam o leitor, ouvinte, telespectador ou internauta a comparar e contextualizar as informações e se há clareza, pertinência e força explicativa desses recursos; c) observar qual é o enquadramento predominante na cobertura: oficialista, comercial, cidadania ou outros; se esse enquadramento predominante na cobertura é positivo, negativo ou neutro em relação a cada ator social envolvido e citado. (MOTTA, 2008, p.36)

O último nível relativo à abordagem, à pluralidade de fontes e à representação dos atores sociais:

a) foca em identificar os atores sociais presentes; b) comparar o espaço ou tempo atribuído a cada um deles e identificar a posição que a cobertura jornalística os coloca na história; c) observar o número de fontes citadas na cobertura e o equilíbrio entre essas fontes e a ausência de fontes credenciadas que poderiam ter sido consultadas para ampliar os pontos de vista, mas que não foram. (MOTTA, 2008, p.36).

O que se pode perceber, no aprofundamento de cada tópico, é que eles não estão muito distantes dos princípios éticos jornalísticos estabelecidos pelo Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), e estes princípios é que guiam a construção



da crítica dos produtos midiáticos, com consciência histórica e uma verdade obtida pelo pluralismo de versões confrontadas.

SISTEMA CRÍTICO

Além das observações da história, da recepção pela sociedade e da crítica direcionada a produção midiática, José Luiz Braga (2002 e 2006) analisa a crítica como um sistema crítico-interpretativo.

De início ele ordena os principais objetos de trabalho da crítica em quatro pontos: a) dispor de critérios de interpretação; b) determinar o estado dos processos produtivos; c) estimular competências do usuário (para fazer sua própria crítica); e, d) ter incidência sobre a produção (BRAGA, 2002, p.).

A fundamentação do sistema crítico de interação da sociedade com os materiais e processos midiáticos consiste em um conjunto de três subsistemas em relações de fluxos divididos em: sistema produtor/difusor de produtos e processos midiáticos, sistema usuário (receptor) e o sistema crítico-interpretativo (BRAGA, 2002, p.28), em que um não se tem o mesmo grau de incidência sobre o outro.

A proposta de Braga (2006) de estabelecer esse terceiro sistema de processos midiáticos faz uma contraposição às relações entre produto e usuário, e explica que a sociedade se organiza de forma a desenvolver dispositivos sociais para tratar a própria mídia, disponibilizando e fazendo circular esses modos no contexto social.

Braga (2006) exemplifica como dispositivos sociais os sites de *media criticism* (observatórios), os cineclubes, fóruns de debate sobre rádio e televisão, crítica jornalística, produções acadêmicas, processos de autocritica da imprensa, entre outros, são elementos mais visíveis dos processos de circulação para demonstrar como estes agem sistematicamente sobre a mídia. Estes dispositivos, de certa forma, utilizam a própria mídia como veiculador das ações geradas.

O trabalho crítico deve buscar o debate sobre os processos midiáticos. Para que eles existam é necessário que haja contiguidades e tensões de maneira a entender que estes processos interferem nas atividades e nos outros setores. Considera-se que a contiguidade entre mídia e as atividades da sociedade podem ser incluídas ou penetradas pela mídia e seus processos, e há tensões porque, ao interferir e



eventualmente disputar espaço, entram em choque lógicas distintas de fazer as coisas (BRAGA, 2006, p.56).

Para o desenvolvimento qualitativo de qualquer processo de comunicação social, é preciso desenvolver *continuidades e tensões* entre a produção e o subsistema crítico-interpretativo – e paralelamente desenvolver incidências mútuas entre este último e o sistema usuário e dos meios. (BRAGA, 2002, p.30)

A avaliação do sistema crítico-interpretativo parece ineficiente para mudar o sistema de produção midiática, pois se há elaboração da crítica em três âmbitos diferentes (a de ordem reflexiva que observa os efeitos sociais do meio, apenas suas características gerais e não as suas estruturas específicas dos produtos; a análise jornalística de produtos midiáticos que tem como critério o que vai ou não atrair o público; e a dos setores sociais preocupados com a elevação geral da qualidade dos processos e benefícios da sociedade) (BRAGA, 2002, p.31), e mesmo assim as interações são pobres e desanimadoras.

Não soubemos ainda desenvolver (com suficiente generalidade e penetração) um subsistema crítico-interpretativo capaz de tencionar produtivamente os trabalhos de criação e produção, nem eficazmente estimular, cobrar e avaliar e selecionar bons produtos, nem ainda de oferecer bases eficazes para a interpretação direta no espaço usuário. (...) Produção de baixo valor – sistema crítico – interpretativo limitado – interações sociais pobres. (BRAGA, 2002, pg. 32)

O que se busca é que esse sistema crítico-interpretativo se desenvolva o suficiente para agir sobre o sistema de produção e influenciar na qualidade, de forma que forneça base, vocabulários e critérios para que os usuários selecionem, interpretem e editem os produtos que defrontam.

Em processos específicos, tanto na produção como na apropriação dos usuários, interessa investigar como esses produtos são selecionados, em que condições, por meio de que processos para fazer seleções. Quanto as suas bases interpretativas do usuário, saber o que e como desenvolver uma autonomia interpretativa.

Estas questões, referentes aos processos seletivos, às competências para elaborar “edições” e críticas pelo usuário seu próprio interesse e segundo suas perspectivas – e que se refere ao desenvolvimento de uma “autonomia interpretativa” - dependem de um bom subsistema crítico estimulando e lubrificando as interações sociais. Estas questões não deveriam portanto ser estranhas ao trabalho crítico. Não se trataria



portanto de “ensinar o usuário a se defender da mídia”, ou dizer-lhe como deve interpretar (...). Mas sim estimular uma cultura de opções pessoais e de grupos que qualifique os usuários a fazerem a sua própria crítica. (BRAGA, 2002, pg. 36)

José Luiz Braga (2002) lança algumas proposições a respeito do que estrutura um bom sistema crítico-interpretativo, relacionada de forma sintetizada a seguir:

- não devemos considerar a crítica apenas como posição externa ao processo mediático, mas também em suas interações com os processos de produção e recepção, diferentes níveis e com diversos objetivos(...);
- devemos incluir no conceito de subsistemas críticos uma diversidade muito grande de processos e materiais – tanto no que se refere à origem como aos objetivos. (...) E incluir no subsistema o grau de competência social geral para, na interação de com os produtos e processos mediáticos, selecionar e editar criticamente;
- incluir no conjunto de processos críticos os esforços de desenvolvimento dos próprios produtos e seus processos de oferecimento, em busca de qualidade de disponibilização socialmente mais pertinente (...);
- devemos enfatizar não apenas as interações entre os subsistemas críticos e os outros dois, de produção e de usuário, mas também relações internas: continuidades e conflitos entre os próprios componentes do subsistema crítico. (...) (BRAGA, 2002, p. 37 - 38)

Braga (2006) diz que não depende apenas de excelentes críticas pontuais, mais que se tenha bons dispositivos sociais que sejam produtivos para acontecer interação sobre o sistema de resposta. A produtividade de um dispositivo social de trabalho crítico para Braga é que: gere boa fortuna crítica para elaborar comentários pontuais e que seja de forte disseminação na sociedade, que diferentes usuários da mídia desenvolvam competências para interagir tais dispositivos e por meio deles⁴.

Acrescenta que os dispositivos críticos deveriam estar em relações de fluxo com os processos produtivos como forma de ter incidência efetiva na qualidade da produção e aperfeiçoamento dos processos sociais midiáticos, mas que no Brasil está longe desta perspectiva.

⁴ Idem 5, pg 73.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformar a mídia em um espaço democrático tem sido a preocupação dos jornalistas e dos pesquisadores. Não é simples fazer crítica por crítica. Ela precisa estar fundamentada e nesse sentido é que estão direcionados os esforços para criar parâmetros reais, de forma a privilegiar a todos. Não apenas criar o direcionamento, mas compreender como funcionam os seus processos e desmistificar a ideia construída no passado. É oferecer critérios para orientar interpretações no nível do senso comum, e que possam ser elaboradas pelo usuário ‘não-escolado’.

Marcondes Filho (2002) colabora para desmistificar o contexto histórico da crítica como coerção e monopolização, e com sentido associado à multiplicidade, à variedade, a um conjunto informal, difuso de pessoas que admita as oposições.

Motta (2008), de maneira mais prática, elabora critérios para uma crítica justa, equilibrada como base no Índice de Desenvolvimento Humano, que sirva de referência aos interessados a elaborar a crítica, e que pode colaborar até mesmo na produção jornalística.

De modo teorizado e desmistificado, Braga (2002 e 2006) estrutura a crítica em um sistema crítico de interação social com a mídia, sendo esta a resposta da sociedade aos produtos midiáticos por meio da criação de dispositivos sociais de respostas. Comprova que, hoje a crítica está atrelada a um conceito de monitoramento e qualidade dos produtos midiáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, José Luiz. **O sistema social crítico interpretativo**. IN PRADO, José Luiz Aidar (org). Crítica das práticas de midiáticas: da sociedade de massa à cibercultura. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

BRAGA, José Luiz. **A Sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo, 2006 (Comunicação).

MARCONTE FILHO, Ciro. **Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas**. IN PRADO, José Luiz Aidar (org). Crítica das práticas de midiáticas: da sociedade de massa à cibercultura. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Crítica da mídia. Da resistência ao desenvolvimento humano**. IN CHRISTOFOLETTI, Rogério e MOTTA, Luiz Gonzaga (org). Observatórios de Mídia: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.